

Álvaro Manuel Vaía dos Santos Gonçalves Ribeiro e no comandante operacional distrital de Viseu António César Silva Rodrigues da Fonseca, as seguintes competências:

a) Aprovar ou autorizar o expediente relativo a projetos de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE), vistorias e inspeções, no âmbito do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, excluindo os processos classificados na 4.ª categoria de risco que devem ser remetidos para a decisão da Autoridade Nacional de Proteção Civil/Direção Nacional de Planeamento de Emergência (DNPE);

b) Aprovar ou autorizar o expediente relativo a medidas de autoproteção, no âmbito do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro;

c) Aprovar ou autorizar o expediente relativo a processos relacionados com os instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, os Comandos Distritais de Operações de Socorro seguem as determinações e orientações técnicas emanadas da DNPE, no que se refere a matérias ou atividades de segurança contra incêndio em edifícios, análise, estudo e monitorização do risco, planeamento de emergência de proteção civil e gestão e ordenamento territorial.

3 — Nos termos do artigo 137.º do CPA, na sua versão atual, ratifico todos os atos praticados no âmbito da presente subdelegação de competências, desde 03 de junho de 2013 até à data de publicação do presente despacho.

4 — O presente despacho entra em vigor à data da sua publicação.

15 de julho de 2013. — O Diretor Nacional de Planeamento de Emergência, *José António Oliveira*.

207127671

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

Declaração de retificação n.º 842/2013

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 10190/2010, de 26 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 17 de junho de 2010, retifica-se que onde se lê «Cabo 1836538 Celestino do Nascimento Peso» deve ler-se «Guarda 1836538 Celestino do Nascimento Peso».

8 de julho de 2013. — O Diretor de Justiça e Disciplina, *José Fernando Magalhães Gaspar*, coronel.

207125987

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso (extrato) n.º 9616/2013

Por despacho de 15-05-2013, de S. Ex.º o Ministro da Administração Interna, foi aplicada a pena de demissão ao agente principal da PSP M/138871, Manuel Vítor Matias Contente, do Comando Metropolitano de Lisboa, filho de Joaquim José Contente e de Leonor Perpétua Matias, nascido em 23-06-1967, natural de Beringe, Beja.

17-07-2013. — O Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos, *Domingos Marques Nunes Lourenço*.

207127785

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Aviso (extrato) n.º 9617/2013

Licenciada Maria Leonor Canedo Silveira Botelho, Juiz de Direito, cessou, a seu pedido, a comissão de serviço que vinha exercendo, como docente no Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a 15 de julho de 2013.

16 de julho de 2013. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

207126601

Aviso (extrato) n.º 9618/2013

Por deliberação do Conselho Superior da Magistratura, de 20 de junho de 2013, foi autorizada a renovação da comissão de serviço dos Juizes Desembargadores, Licenciado Nuno Manuel Guimarães Faria Machado

Sampaio e Licenciado Manuel José Pires Capelo, como coordenadores distritais da formação nos tribunais, em regime de acumulação e com redução de serviço, nos termos do disposto no artigo 84.º, n.ºs 2 e 3 da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

16 de julho de 2013. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

207126561

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extrato) n.º 9619/2013

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento do Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 832/2007, de 3 de agosto, e para efeitos da audiência dos interessados, torna-se público que a lista dos candidatos aprovados e excluídos da prova final, aberta por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8886/2013, de 12 de julho de 2013, realizada no dia 12 de julho de 2013, se encontra disponível na página oficial da Direção-Geral da Administração da Justiça (www.dgaj.mj.pt).

19 de julho de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207137059

Despacho n.º 9869/2013

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, publicitado através do Aviso n.º 7746/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2013, com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal, o júri propôs que a designação recaísse sobre a candidata Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, por ter evidenciado os requisitos formais e específicos para a ocupação do cargo a prover e por ter demonstrado ser detentora de experiência profissional comprovada, perfil adequado e competências técnicas e pessoais necessárias para o exercício das funções de dirigente, em particular, para o exercício das atribuições que a este cargo compete.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de diretora de serviços da Direção de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, a licenciada Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, inspetora da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

2 — A designação produz efeitos à data do presente despacho.

3 — Nos termos do disposto no n.º 11, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional da designada.

15 de julho de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

ANEXO

Nota Curricular

Nome — Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo

Data de nascimento — 10 de outubro de 1972

Categoria — inspetora

Habilitações literárias — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Experiência profissional:

Diretora de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, em regime de substituição, da Direção-Geral da Administração da Justiça, desde janeiro de 2013;

Chefe de Divisão de Apoio Jurídico e Cooperação Judiciária Internacional, em regime de substituição, da Direção-Geral da Administração da Justiça, de novembro de 2011 a dezembro de 2012

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, de maio de 2009 a junho de 2011;

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, de abril de 2007 a abril de 2009;

Inspetora da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, desde março de 2005;

Técnica Superior Assessora da Direção dos Serviços dos Assuntos de Justiça do Governo de Macau, de setembro de 1999 a dezembro de 2004;

Técnica Superior Assessora do Gabinete para os Assuntos Legislativos do Governo de Macau, de janeiro de 1997 a setembro de 1999.

Formação Profissional mais relevante:

Frequentou vários seminários, cursos e ações de formação, realçando-se o curso Liderança e Gestão de Pessoas nos Serviços Públicos, ministrado pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, o curso de Representação do Estado em Juízo e o curso de pós-graduação em Legística e Ciências da Legislação, ambos ministrados no ICJP da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o curso de Produção Legislativa, ministrado no Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, o curso de Desenvolvimento de Técnicas de Gestão, ministrado no Instituto de Gestão e Administração Pública de Singapura e o curso de Extensão Universitária de Direito Administrativo ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

Outras atividades:

Formadora junto dos tribunais em módulos e ações de formação na área da cooperação judiciária internacional;

Participação na elaboração de diversos diplomas legais e regulamentares, no âmbito de processos legislativos, na área da justiça e na área da economia (setor do turismo), individualmente e como membro de grupos de trabalho.

207126059

Despacho n.º 9870/2013

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 8076/2013, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 24 de junho de 2013, com vista ao recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Organização, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal, o júri propôs que a designação recaísse sobre a candidata Maria Fernanda Dourado Tomaz, por ter evidenciado os requisitos formais e específicos para ocupação do cargo a proferir e por ter demonstrado ser detentora de experiência profissional comprovada, perfil adequado e competências técnicas e pessoais necessárias para o exercício de funções de dirigente, em particular, para o cargo exercício das atribuições que a este cargo compete.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de chefe de divisão de Planeamento e Organização, a Licenciada Maria Fernanda Dourado Tomaz, escritã de direito a exercer funções na Direção-Geral da Administração da Justiça.

2 — A designação produz efeitos à data do presente despacho.

3 — Nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional da designada.

16 de julho de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

ANEXO

Nota Curricular

Nome — Maria Fernanda Dourado Tomaz
Idade — 41 anos

Estado civil — casada

Categoria — escritã de direito da carreira oficial de justiça

Habilitações literárias:

Curso de pós-graduação em Contencioso Administrativo, ministrado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a média final de 14 valores;

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a média final de 13 valores.

Experiência profissional:

Chefe da Divisão de Planeamento e Organização da Direção-Geral da Administração da Justiça, em regime de substituição, desde 01.10.2010;

Oficial de justiça a exercer funções de Jurista na Divisão de Apoio Jurídico e de Cooperação Judiciária Internacional da Direção-Geral da Administração da Justiça, desde 15.09.2005 a 30.09.2010;

Oficial de justiça a exercer funções de Jurista na Direção de Serviços de Recursos Humanos da Direção-Geral da Administração da Justiça, entre 15.09.2004 a 14.09.2005;

Oficial de justiça, com a categoria de escritã auxiliar e escritã-adjunta (Serviços do Ministério Público das Varas Criminais de Lisboa, 5.ª Vara Criminal de Lisboa e 2.º Juízo de Pequena Instância Cível de Lisboa), entre 24.10.1994 e 13.09.2004.

Formação Profissional mais relevante:

Formação em Legística, preparação técnica e redação de leis e regulamentos;

Curso de Liderança e Gestão de Pessoas nos Serviços Públicos (duração de 182 horas), com a classificação final de 16,2 valores;

A nova lei da Responsabilidade Civil Extracontratual dos Poderes Públicos (21 horas);

Formação “Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (18 horas);

Outras atividades:

Participação no grupo de trabalho criado por Despacho n.º 16445/2011 da Ministra da Justiça, de 21 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 232, de 5 de dezembro, para a redução da pendência da ação executiva.

Agraciamentos:

Louvor atribuído em 2010 pelo Diretor-Geral da Administração da Justiça.

207126334

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso (extrato) n.º 9620/2013

Procedimento concursal comum (Referência 3/C/2013), com vista ao preenchimento de 3 (três) postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação dos métodos de seleção, relativos ao procedimento concursal comum (Referência 3/C/2013), para o preenchimento de 3 (três) postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso n.º 1758/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 5 de fevereiro de 2013, foi homologada por despacho da Subdiretora-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 5 de junho de 2013, encontrando-se afixada em local visível e público nas instalações desta Direção-Geral, na Av. da Liberdade n.º 9, 2.º andar em Lisboa, e disponibilizada na página eletrónica em www.dgsp.mj.pt conforme o previsto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

5 de junho de 2013. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

207125913